

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 180.ª Sessão Ordinária Realizada em 11 de Outubro de 1971 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa secretariada pelos Srs. Deputados Quielise Crisóstomo e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Bersári Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baranluk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados Wilson Fortes, Domicio Scaramella, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Emílio Carazzai, Hélio Manfrinato, Odilon Reinhardt, Paulo Poli, Wilson Brandão (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM

31/71

Curitiba, 24 de setembro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda — Administração Geral do Estado, destinado à atender ao pagamento da parcela de 20% vinte por cento) da Taxa Rodoviária Única, arrecada pelo Estado, no período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de julho de 1970, e devida aos Municípios na forma da Lei estadual n.º 6.124, de 13 de julho de 1970. Objetiva, ainda, o anteprojeto de lei em questão, a revogação do art. 4.º da lei n.º 6.175, de 3 de dezembro de 1970.

A Exposição de Motivos n.º 938-71, de 27 de agosto próximo passado, do Secretário da Fazenda e o Parecer n.º 9-71, da Diretoria Central de Orçamento, aprovado por aquela autoridade, anexados por cópias autênticas, dizem da necessidade e oportunidade da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de lei propostos merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda — Administração Geral do Estado.

Art. 2.º — O crédito a que se refere o artigo anterior, destina-se a atender ao pagamento da parcela de 20% (vinte por cento) da Taxa Rodoviária Única, arrecadada pelo Estado no período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de julho de 1970, e devida aos Municípios na forma da Lei estadual n.º 6.124, de 13 de julho de 1970.

Art. 4.º — Fica revogado o artigo 4.º, da lei n.º 6.175, de 3 de dezembro de 1970.

Art. 4.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

938/71

Curitiba, 27 de agosto de 1971.

Senhor Governador:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei, que visa abrir a esta Secretaria de Estado um crédito especial no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), destinado a atender ao pagamento da dívida do Estado para com os Municípios paranaenses, resultante do produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, no período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de julho de 1970.

Cumprindo o disposto no Decreto-lei federal n.º 999, de 21 de outubro de 1969 que instituiu a Taxa Rodoviária Única, a Lei estadual n.º 6.124, de 13 de julho de 1970, fixou em 20% (vinte por cento) a participação dos Municípios no produto da arrecadação da referida Taxa.

Ocorre entretanto, que por falta de regulamentação legal, o Estado deixou de entregar aos seus Municípios as parcelas devidas no período de janeiro a julho do exercício de 1970, interregno entre o termo inicial do Decreto-lei federal n.º 999-69 e a citada Lei estadual n.º 6.124-70.

Objetivando solucionar esta pendência, a Administração anterior encaminhou mensagem à Assembléia Legislativa, da qual resultou a Lei n.º 6.190, de 11 de maio de 1971, que entretanto, não oferece o necessário respaldo legal para execução da despesa, tendo em vista a inexistência de dotação orçamentária para tal fim.

Renovo a Vossa Excelência os protestos de real apreço e distinta consideração.

(a) LINEO EMILIO KLUPPEL
Secretário da Fazenda

DIRETORIA CENTRAL DE ORÇAMENTO
PARECER N.º 9-71 — Gab.

Assunto: Proposição de revogação do Artigo 4.º da Lei 6.175, de 3 de dezembro de 1970.

A Lei n.º 6.175 de 3 de dezembro de 1970 que aprova o Orçamento Geral do Estado para o Exercício Financeiro de 1971, em seu artigo 4.º, dispõe que "no decorrer do exercício, os recursos destinados aos programas e subprogramas poderão ser alterados por Decreto do Poder Executivo respeitado o total e obedecidos os limites máximos da despesa dos Órgãos Principais constantes desta Lei". Tal instituto, vem obstaculizando algumas medidas de ordem financeira e, conflita, inclusive, com dispositivos constitucionais, senão vejamos:

a. A Emenda Constitucional n.º 3, determina que alguns órgãos da administração (Junta Comercial, Departamento de Espectáculos Penais, etc.) passam a integrar a estrutura da Secretaria de Justiça. Tais órgãos, na necessidade de terem seus orçamentos alterados, através de suplementação, ficarão, pelo artigo supra mencionado, impossibilitados de indicação de recursos pelas suas Secretarias de origem. Esta restrição se converterá em prejuízo ao desenvolvimento de Planos de Trabalho, pois não poderá ensejar a flexibilidade facultada pelo artigo 10 da mencionada Lei.

b. Iniciativa disciplinadora das finanças públicas levadas a cabo pela Secretaria da Fazenda (como o Decreto 448 de 2 de junho de 1971), se veem tolhidas em seu alcance em virtude do mesmo artigo:

O Decreto n.º 448 dispõe da criação do "Fundo de Provisão" com a finalidade de atender despesas decorrentes de reajustes de vencimento e vantagens do Pessoal. Este fundo é constituído de bloqueio em dotações orçamentárias de todas as Secretarias de Estado. Assim, os recursos de algumas, serão indicadas para outras Secretarias, por ocasião da abertura de créditos adicionais para despesas com Pessoal. Se o dispositivo legal permanecer, isto será impossível.

Senhor Secretário

Face a estas ponderações, entendemos ser de vital importância a revogação do artigo 4.º, da Lei 6.175 de 3 de dezembro de 1970. Caso o entendimento de Vossa Excelência coincida com o apresentado, solicitamos as necessárias gestões junto ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido do encaminhamento de Mensagem ao Legislativo propondo a revogação de tal dispositivo legal.

É o parecer, S.M.J.

Diretoria Central de Orçamento, em 20 de setembro de 1971.

(a) PERCY RIGOTTO

Diretor

A Comissão de Constituição e Justiça

Estado do Paraná
Gabinete do Governador

MENSAGEM

33/71

Curitiba, 30 de setembro de 1971.

Senhor Presidente:

Em aditamento à Mensagem n.º 26-71, de 14 do corrente mês e tendo em vista o Ofício n.º 31 — CCSP/71, de 20.9.71, da Comissão Cívica da Semana da Pátria, cujo inteiro teor está contido na inclusa cópia autêntica, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência, providências no sentido de que o texto do anteprojeto de lei encaminhado a essa Augusta Casa, através da supracitada Mensagem, seja modificado a fim de que o crédito espe-

cial a ser autorizado seja de até Cr\$ 162.991,90 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e um cruzeiros e noventa centavos) e não como constou.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

MENSAGEM

26/71

Curitiba, 14 de setembro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 152.991,90 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e um cruzeiros e noventa centavos), destinado ao atendimento de despesas com os festejos comemorativos da "Semana da Pátria".

A Exposição de Motivos n.º 14-71, de 31 de agosto próximo passado, da Comissão instituída pelo decreto n.º 639, de 30.7.71 para coordenar e promover os festejos cívicos da Semana da Pátria e o Ofício n.º 944-71, de 1.º do corrente mês, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, anexados por cópias autênticas, dizem em detalhes, sobre a necessidade e oportunidade da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial, até o limite de Cr\$ 152.991,90 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e um cruzeiros e noventa centavos) destinado a atender despesas com os festejos comemorativos da "Semana da Pátria".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

34/71

Curitiba, 5 de outubro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a integração das Administrações do Porto de Paranaguá (A.P.P.) e do Porto de Antonina (A.P.A.) em uma Entidade Autárquica única, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, sob a denominação de "Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — A.P.P.A.", dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, técnica e financeira.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 861, de 17 de setembro de 1971, da Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, justifica com os necessários detalhes, a conveniência e oportunidade da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam integradas a Administração do Porto de Paranaguá — A.P.P. e a Administração do Porto de Antonina — A.P.A. em uma Entidade Autárquica única, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, sob a denominação de “Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — A.F.P.A.”, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, técnica e financeira.

Art. 2.º — A — A.F.P.A. terá sede e fóro no Município e Comarca de Paranaguá.

Art. 3.º — Todo o acervo das entidades integradas é transferido à nova autarquia.

Art. 4.º — Continuam em vigor no corrente exercício, com as mesmas destinações, as dotações orçamentárias das Administrações dos Portos de Paranaguá e de Antonina (A.P.P. e A.P.A.), que passam a ser aplicadas pela A.F.P.A.

Art. 5.º — Passarão a integrar o Quadro Próprio de Pessoal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, A.F.P.A., os atuais cargos de provimento efetivo e em comissão pertencentes aos Quadros Próprios de Pessoal da Administração do Porto de Paranaguá e da Administração do Porto de Antonina.

Art. 6.º — Aos servidores e empregados das Administrações dos Portos de Paranaguá e Antonina sujeitos, respectivamente ao regime do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, classificados no Quadro Próprio de Pessoal da A.F.P.A. e ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aplicar-se-á a Legislação Portuária consubstanciada na Lei Federal n.º 4.860 de 26 de novembro de 1966 e suas respectivas modificações.

§ 1.º — Os quadros de pessoal da A.F.P.A. e suas necessárias alterações, somente depois de aprovados pelo Poder Executivo Estadual serão submetidos à audiência do órgão federal competente e sua vigência iniciará na data da ratificação expressa ou legal do referido órgão.

§ 2.º — Para os servidores da A.F.P.A. sujeitos ao regime do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, este será aplicado supletivamente, assim como será a legislação do trabalho para os demais empregados, no que couber.

Art. 7.º — O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias desta data baixará a regulamentação desta Lei.

Art. 8.º — A Superintendência da A.F.P.A. exercerá a chefia executiva dos Portos, extinguindo-se a Superintendência em Antonina.

Art. 9.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei n.º 5.783, de 1.º de junho de 1968 e demais disposições em contrário.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Curitiba, 17 de setembro de 1971.

Senhor Governador:

Temos a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência a inclusa minuta de Projeto de Lei, que visa propiciar a Integração Portuária Marítima Estadual mediante a unificação, em uma só entidade, da Administração do Porto de Paranaguá e da Administração do Porto de Antonina, sob a denominação de Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, determinando ainda que os servidores e empregados da mesma terão sua situação regida pela Legislação Portuária Federal correspondente.

A justificativa para a integração pretendida, encontra-se demonstrada na exposição de motivos em anexo, da qual destacamos os seguintes tópicos:

“Dentro das recomendações da Reforma Administrativa, deve-se procurar eliminar as administrações paralelas para reduzir os custos.

A integração das administrações dos Portos do Paraná, também vem de

encontro à diretriz dos Decretos Leis n.os 704 (agosto de 1969) e 1021 (outubro de 1969) do Governo Federal, segundo os quais, no mesmo Estado, não poderá ser criada mais de uma entidade destinada a explorar os portos, terminais e as vias navegáveis.

Dois órgãos distintos, estruturados sob a forma de Autarquia, executam o contrato de concessão da exploração portuária confiada ao Estado pelo Governo Federal, a saber a Administração do Porto de Paranaguá e a Administração do Porto de Antonina.

A primeira, sobrepujando uma série enorme de óbices, vem apesar deles, desempenhando a contesto a sua finalidade; a segunda, desligada de Paranaguá sem que lhe fossem propiciados os meios iniciais para sua atividade, não tendo sequer em sua existência recebido as verbas de dotação orçamentária, nem tão pouco tendo logrado a formação do capital do porto, é óbvio, encontra-se em estado altamente deficitário, máximo ao se observar a pouca demanda de navios e consequente baixa receita tarifária.

O Governo Estadual que deu a Antonina a autonomia não lhe chegou porém, na época a fornecer as condições mínimas necessárias à sua auto-suficiência, não lhe tendo pago os créditos previstos orçamentariamente.

O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis tem instado para a solução da problemática — pessoal, através da aplicação na área portuária da lei-federal correspondente — 4860, que dirimirá série enorme de dúvidas suscitadas melhorando as condições de aproveitamento da mão de obra, proporcionando a seu turno melhoria de condições para percepção salarial condizentes com o efetivo valor dos serviços prestados; outros Estados, no tocante à aplicação da referida lei, já se anteciparam, tais quais Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, tendo sido excelentes os resultados colhidos.

Acrece salientar as conclusões a que chegou a Comissão especialmente designada por esta Secretaria, para o Estado das Condições do Porto de Antonina e das Providências Recomendáveis para Solucionar os Problemas Deparados, Relatório anexo, quais sejam:

DIRETRIZ BÁSICA

Para a resolução dos problemas deparados pelo Porto de Antonina e tendo em vista serem imperiosas as eliminações das deficiências identificadas, não basta apontar as soluções parciais decorrentes de falhas isoladas, mas se julga serem necessárias providências que permitam encontrar solução global do problema.

A diretriz julgada básica para a solução da problemática em exame é:

— A Integração Administrativa do Sistema Portuário do Paraná.

JUSTIFICATIVA

Na integração Técnica Administrativa do Sistema Portuário do Paraná se propõem a unificação da Administração do Porto de Antonina ao de Paranaguá com os seguintes propósitos:

a) — aumentar a eficiência operacional e administrativa, já que não é possível, dotá-lo de todos os meios que seriam necessários para sua adequada funcionalidade;

b) — reduzir o "déficit" de modo considerável a curto prazo, até a sua eliminação, pelo melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais, objetivando a redução de custos operacionais;

c) — coordenação da programação de embarque de modo a obter o máximo aproveitamento das instalações dos portos de Antonina e Paranaguá e evitar o congestionamento desse último;

d) — adequar a estrutura da administração portuária, de modo a alcançar gradualisticamente ao padrão de Sociedade de Economia Mista cuja criação está preconizada pelo Decreto-Lei n.o 794/1969 e 1.021/1969.

Com o procedimento desta solução seria estabelecida a Diretoria do Porto de Antonina, diretamente subordinada a Administração comum dos Portos de Paranaguá e Antonina, sendo necessário Lei substitutiva à Lei Estadual n.o 5.783, do dia 4 de janeiro de 1968.

INÍCIO DA AÇÃO

O parecer que em conjunto emitem os membros da Comissão designada pela Ordem de Serviço n.º 01-71 da Secretaria dos Transportes, de 13 de abril do corrente ano, é a de que a atuação do Concessionário do Porto de Antonina somente poderá desenvolver-se após o ato legal respectivo à solução comentada no item anterior".

Diante de todo o exposto, Senhor Governador, é que permitimo-nos sugerir a baixa do competente dispositivo legal.

Na oportunidade, expressamos a Vossa Excelência os nossos protestos de real apreço e alta consideração.

Atenciosas Saudações

a) WALFRIDO BUCHELD STROBEL

Secretário de Estado

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. Deputado Nelson Buffara, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 232/71.

— De autoria do sr. Deputado Rosário Pitelli, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão, do Projeto de Lei n.º 50/71.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requer se consigne na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de aplauso ao Exmo. Sr. Cel. Haroldo Souto Carvalhido, ilustre Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, pelas medidas que vem de determinar ao setor competente da referida Pasta, no sentido de se proceder ao levantamento imediato das condições higiênico-sanitárias das Escolas do Estado, com vista à implantação do sistema de ensino integrado, para um melhor e mais perfeito aproveitamento do currículo escolar.

Requer, outrossim, que da manifestação desta Assembléia se dê conhecimento àquela autoridade, enviando-se-lhe, ainda, através de mensagem, os cumprimentos do Poder Legislativo, pela feliz e oportuna determinação em defesa da saúde e higiene da população estudantil.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1971.

(a) — Gabriel Manoel.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Corpo de Bombeiros do Paraná festejou, no último dia 8 do mês corrente, seu 59.º aniversário de instalação.

Criado pela Lei estadual n.º 1133, de 23 de março de 1912, foi seu primeiro comandante o Major Fabriciano do Rêgo Barros, nomeado pelo Governador Carlos Cavalcante.

Durante toda a sua existência o Corpo de Bombeiros do Paraná prestou e presta inestimáveis serviços à nossa população e, além dos eficazes trabalhos prestados no combate às chamas, os bombeiros desempenham eficiente serviço de salva vidas em todas as praias paranaenses e nos Portos de Paranaguá e de Antonina, bem como participam do combate às abelhas africanas, chegando apenas na região metropolitana de Curitiba a atender, no verão, aproximadamente 20 chamados diários.

Contando com um efetivo de 870 homens, o Corpo de Bombeiros mantém corporações em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Paranaguá, Irati e Guarapuava, constando de seus planos de ampliação e instituição de novas em Campo Mourão, Cascavel, Pato Branco, Francisco Beltrão, Paranavai, Jacarezinho e Cruzeiro do Oeste.

Isto posto e considerando-se a relevância dos serviços prestados à comunidade paranaense, requeiro à Mesa, regimentalmente, consigne-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de regozijo pela passagem no último

dia 8 do corrente, do 59.º aniversário de instalação do Corpo de Bombeiros do Paraná, e aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Cel. Hamilton de Oliveira Castro e ao Cel. Nelson Romeiro de Souza, cumprimentando-os e a todos os seus comandantes pela data festiva.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1971.

(a) — Maurício Fruct.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações ao povo de Santa Mariana, pela passagem do vigésimo quarto ano de fundação como Município.

Outrossim, após a aprovação do presente, dê-se conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores daquele Município, através de expediente desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1971.

(a) — Rosário Pitelli.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 32/69, autoriza a produção e aquisição de sementes de algodão em todo o Território Nacional, pelas cooperativas legalizadas, proibindo a cessão ou revenda a terceiros pelos cooperados e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 81/70, estadualiza para fins de melhoria e conservação a estrada que liga Campo Mourão a Cianorte, passando por Araruna. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 81/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar para fins de melhoria e conservação, a estrada ligando Campo Mourão — Araruna — São Lourenço e Cianorte.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de outubro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 106/70, autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com o Município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao Distrito de Irapuã. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 106/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com o Município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao distrito de Irapuã, do mesmo Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 175/70, autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Campo Bonito, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 175/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Distrito de Campo Bonito, Município de Guaraniáçu, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de outubro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 182/70, cria uma Circunscrição de Trânsito, com sede na Lapa, com jurisdição nos Municípios que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 182/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município da Lapa, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição além do Município sede, nos de Contenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Antônio Olinto e São Mateus do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 225/70, autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafezal, Município de Iporá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 225/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafezal, Município de Iporá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 277/70, cria o Ginásio Estadual de Serra Dourada, Distrito de Umuarama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 277/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Ginásio Estadual da Serra Dourada, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de outubro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 314/70, denomina "Hospital Infantil Dr. Antonio Fontes", o atual Hospital Infantil da cidade de Paranaguá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 314/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominado de "Hospital Infantil Dr. Antônio Fontes", o atual Hospital Infantil de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-09-71

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 53/71, transfere a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei n.º 1.897, de 6-5-51, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 53/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica transferida a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei n.º 1.897, de 6-5-51, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-10-71.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 68/71, autoriza o Poder Executivo, conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), ao ancião Sr. Manoel Maurício, residente nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 68/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Manoel Maurício.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-10-71

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 76-71, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 76-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.09.71

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 81-71, autoriza o Poder Executivo a declarar de "Utilidade Pública", a Casa Maternal Evangélica de Maringá. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 81-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Casa Maternal Evangélica de Maringá, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.10.71.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 92-71, autoriza o Poder Executivo, conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ancião Valentin Beck. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 92-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) ao ancião Valentin Beck, que no dia 30 de julho de 1937, em ato heróico deteve espontaneamente um bonde completamente lotado, que após atropelar uma criança, desgovernado estava na iminência de grave acidente com muitas mortes, oportunidade em que, devido a sua coragem foi atingido, ficando inválido.

Art. 2.º — Na hipótese de falecimento do beneficiário a pensão será transferida para sua esposa.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.10.71.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 137-71, declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná (FUNDENORPA). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 137.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná (FUNDENORPA).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.09.71.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 8.71, fica criada na cidade de Terra Roxa, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195-69, de autoria do Dep. Ovídio Fanzoni, que cria no Município de Cianorte, um Ginásio Agrícola Estadual, para funcionar a partir de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A. — com SUBSTITUTIVO. — **EM REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102.70, de autoria do Dep. Paulo Poli, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Marechal Cândido Rondon, com jurisdição nos Municípios de Toledo, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Guaira. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 196.70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga Floresta a Itambé. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210.70, de autoria do Dep. João Mansu, que autoriza o Poder Executivo doar à Sociedade Rural de Guaraçuva uma área de terra com 60.000 m², na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42.71, de autoria do Dep. Acyr José que autoriza o Poder Executivo a denominar "Maestro Bento Mossurunga", o Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado. Artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239.70 de autoria do Dep. Pinto Dias, fica criada uma Escola Comercial Estadual, no Município de Terra Rica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 239.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Comercial Estadual no Município de Terra Rica.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1970.

(a) Dep. Pinto Dias

JUSTIFICATIVA:

O Município de Terra Rica, localizado na região noroeste de nosso Estado, é um dos mais progressistas do Paraná.

Dotado de terras ricas e férteis, vê sua população aumentar em progressão geométrica.

Já possui escola normal e ginásio, mas está se ressentindo presentemente da falta de uma escola comercial, através da qual seriam dados conhecimentos técnicos aos seus Municípios.

Convém que se esclareça que, atualmente, quem pretende frequentar escola semelhante está obrigado a se locomover a Paranavai, distante 50 quilômetros da sede do Município, a fim de adquirir conhecimentos na escola que lá existe.

Nestas condições, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 239.70

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Município de Terra Rica, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

PARECER

1) O Projeto vem articulado e justificado, em consonância com o Regulamento Interno.

2) A proposição em exame trata de simples autorização legislativa, razão pela qual não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Quanto à oportunidade, nada a opor.

3) Em face das razões expendidas, somos pela sua aprovação, desde que atendido o substitutivo anexo, para melhor atender a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Igo Losso — Cândido Martins de Oliveira — Gilberto Carvalho — Emílio Carazzini — Acyr José

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N.º 239.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Terra Rica, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de Maio de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 239.70

1) O presente Projeto objetiva a criação de Escola Comercial Estadual, no Município de Terra Rica.

2) Submetido à apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça, dela obteve substitutivo geral.

Pelo referido substitutivo, a proposta de lei em exame passou a ser para mera autorização legislativa visando a criação de Escola Técnica de Comércio, na sede do mencionado Município, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

3) Sem dúvida oportuna a apresentação do substitutivo em referência, que tornou apto o presente Projeto a receber a acolhida desta Assembleia. Pela aprovação, é o parecer sub.censura.

Sala das Comissões, em ... de Junho de 1971.

(za) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Francisco Escórsin — Alvaro Dias

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 239.70

I — Apresentado pelo nobre Deputado Pinto Dias, o Projeto de Lei em exame visa criar uma Escola Comercial Estadual no Município de Terra Rica.

II — A matéria já recebeu parecer favorável com substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça e de Instrução Pública, quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão opinar, somos pela aprovação do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em ... de Julho de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Fuad Nacli — Ovídio Franzoni — Santos Lima

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23.71, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, fica assegurada percepção de pensão mensal à viúva de Ex-Governador, na proporção de 1/3 (um terço), dos vencimentos de Secretário de Estado, como especifica. Pareceres pela REJEIÇÃO da C.C.J. e Favorável da C.F. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 23-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — A viúva de ex-governador, que haja exercido o cargo em caráter permanente, e não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, fica assegurada uma pensão mensal na proporção de 1/3 (um terço), dos vencimentos de Secretário de Estado, vedada acumulação com qualquer outro rendimento de fonte pública.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Dep. Emílio Carazzai

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado, em seu artigo 148, assegura, a título de representação, para quem haja exercido o cargo de Governador do Estado, em caráter permanente, um subsídio mensal e vitalício igual ao vencimento do cargo de Desembargador.

O presente plano de Lei, visa assegurar à viúva de ex-governador, uma pensão compatível com a condição social que ocupou seu espôso no Estado.

Nada mais justo que o Estado, ampare a viúva daquele que deixando de lado suas atividades particulares, para se preocupar com os altos interesses do Estado, muitas vezes relegando a plano secundário os cuidados da própria família.

Estamos certos que o Projeto de Lei em tela, merecerá o apoio e a aprovação de nossos Pares, nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 23-71

AUTOR: — Dep. Emílio Carazzai

PARECER

De autoria do nobre Deputado Emílio Carazzai, o projeto visa assegurar pensão mensal correspondente a um terço dos vencimentos de Secretário de Estado, vedada a acumulação com qualquer outro rendimento de fonte pública, à viúva de Governador que haja exercido o cargo em caráter efetivo.

A exemplo da pensão, criada pela Constituição ao ex-governador, a medida quer assegurar a tranquilidade da existência à viúva de quem fez jus a um subsídio. É indiscutível a oportunidade, a justiça da pretensão do nobre autor.

Todavia, há, entre a idéia e sua concretização, neste caso, um obstáculo intransponível, representado pelo impedimento Constitucional consubstanciado no art. 34, combinado com a alínea b "in fine", do § 1.º, do art. 25, da Carta Estadual.

Por essa razão capital, a que se deve curvar a nobreza da iniciativa do ilustre autor, opino pela rejeição do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1971.

(aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai — (vencido)

Odilon Reinhardt — Muggiatti Filho — **Sebastião Rodrigues**

Uma das inovações encontradas no texto da Constituição Federal em vigor e decorrente de Emenda n.º 1, de 17 de outubro de 1969, é a concessão, a título de representação, de um subsídio mensal e vitalício, igual ao vencimento do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, a quem tiver exercido o cargo de Presidente da República, condicionado tal benefício ao caráter permanente da investidura e à titularidade dos direitos políticos.

1. O Dispositivo se funda no aspecto social, com todas as suas implicações, que envolve o retorno do ocupante da primeira magistratura da Nação, cessada a investidura, à condição de cidadão comum.

Se o dispositivo constitui novidade em nossa Lex Magna, o mesmo não se verifica no direito constitucional de algumas Nações, bastando assinalar, entre outros, os exemplos dos Estados Unidos e da França, cujos ex-presidentes têm assegurada, após concluir o mandato, substancial pensão vitalícia.

O que preocupou o legislador e só agora, embora essa preocupação já existisse na Roma antiga, que pensionava até os senadores, "para lhes manter a mesma dignidade" — é o fato inevitável de que o cidadão adquire, depois de alçado às funções de Presidente da República, um novo "status" social, em toda a extensão, do qual, após afastar-se do cargo, não conseguirá desligar-se, nem objetiva, como tampouco subjetivamente.

É não se diga que a expressão "novo status social" é odiosa. Tanto é uma realidade irreversível, que a própria Rússia socialista, aceitando o fato, atribui a seus ex-dirigentes pensão vitalícia, que lhes proporcionem a manutenção de uma vida condigna à antiga condição.

É válido supor, nessa linha de idéias, que o cidadão investido no mais alto cargo da Nação, não pode voltar à situação anterior, principalmente em se tratando de servidor público, para não falar nos profissionais liberais.

A favor do benefício é de se contar ainda, que o Presidente da República durante sua gestão, em momento algum, não tem tempo para cuidar de seus próprios interesses, vale dizer do seu próprio futuro.

Enfim, ao deixar o cargo é um cidadão sem nada, sem perspectivas, restando-lhe apenas a consciência tranqüila do dever cumprido.

2. Transportando a questão para o Estado, verifica-se subsistirem os mesmos argumentos, idênticas razões e as premissas que justificaram a inserção do benefício na Constituição Federal, e que foi adotada na Constituição do Estado.

Com o Governador do Estado, após o término do mandato, repete-se o problema, na devida proporção, porém em igual escala e valoração.

3. O Projeto de Lei em exame prevê a concessão de pensão mensal à viúva de quem tiver exercido, em caráter permanente, o cargo de Governador do Estado, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos.

Se andou mal o legislador, quando não fez constar do texto Constitucional a extensão do benefício à viúva do ex-dirigente da Nação e do Estado, no mesmo erro não se pode incorrer nesta oportunidade, sob pena de rechacarmos tudo que até agora se disse e negarmos os fundamentos do mandamento constitucionalmente.

Falecendo o marido ex-Governador do Estado em que situação ficará a viúva de quem desempenhou as mais altas funções na vida pública da unidade federativa?

Muito embora o Projeto tenha recebido parecer contrário na douta Comissão de Constituição e Justiça que tomou por base preceito Constitucional de competência e iniciativa, nosso parecer é favorável, pois, se a matéria for aprovada em Plenário e sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Governador, ao nosso ver, estará sanado o vício da inconstitucionalidade.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em ... de agosto de 1971

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima — Fuzad Nacli — Ovidio Franzoni

Júnior — Igo Losso — Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 23.71

AUTOR: — Dep. Emílio Carazzini

SÚMULA: — Concede pensão mensal a viúva de ex-governador.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, pelas medidas que determinou, no sentido de se proceder levantamento imediato das condições higiênico-sanitárias das escolas do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem no dia 8 próximo passado, do 59.º aniversário da instalação do Corpo de Bombeiros do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 232.71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 50.71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao povo de Santa Mariana, pela passagem do vigésimo quarto ano de fundação, como Município. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 42-71, 50-71;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239-70;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 47-69 e 37-71.
Levanta-se a sessão.

PORTARIA:

PORTARIA N.º 474-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.555, de 07 de outubro de 1971, deste Poder

R E S O L V E

conceder a Rosalina Pereira Santin, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 11 de outubro de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de outubro de 1971.

(a) Dórizon Salgado Bueno — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

**7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 21.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

As quinze horas do dia vinte e nove do mês de setembro, do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, após o término da Sessão Plenária, na Sala das Reuniões da Divisão das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão, presentes os Senhores Deputados: José Muggiati Filho, Acyr José, Emílio Carazzai, Cândido Manoel, Armando Queiroz, Borsari Netto e Sebastião Rodrigues Júnior e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo. O Senhor Presidente fez uso da palavra na Hora do Expediente, esclarecendo, conforme reuniões da Comissão Inter-Estadual, no que corresponde às comissões técnicas, que seja fornecida uma taquígrafa a esta Comissão. Solicitou aos Senhores Membros apoio no sentido que o horário de reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, seja transferida para período da manhã, às nove horas, no mesmo dia da semana, quarta-feira. Fede que a votação desta proposição seja feita oralmente e nominalmente. O Deputado Emílio Carazzai diz que as reuniões no período matinal é impossível, que à tarde já é oficial conseguir quorum. Seu voto é contra. O Deputado Armando Queiroz fala que há nove anos participa desta Comissão e essa idéia não é nova, e nunca foi aceita, pois o período da manhã é dedicado a outros afazeres, principalmente para os Deputados da Arena que têm compromissos nas diversas Secretarias de Estado. Seu voto é contrário a permuta, embora a hora seja mais indicada. O Deputado Sebastião Rodrigues Júnior vota favorável. Deputado Acyr José vota favorável às sextas-fei.

ras, o que o Senhor Presidente explica não ser possível, pois há reuniões plenárias, seu voto é a favor da permuta, mesmo na quarta-feira. O Deputado José Muggiati Filho: diz não ter nada a opor a esta pretensão, apenas está apreensivo com o que disseram os Deputados Emílio Carazzai e Armando Queiroz, neste caso que fôsse convocadas reuniões extraordinárias para o período da tarde para decidirem os votos e matérias de urgência. Seu voto é favorável. **APROVADO** o novo horário, ficando convocada as reuniões ordinárias para as quarta-feiras, às nove horas da manhã, e será também convocada uma taquígrafia para as próximas reuniões matutinas desta Comissão. Passou-se à Ordem do Dia: 1) — **PROJETO DE LEI N.º 80.71** de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Icaraíma uma Escola Normal de Grau Colegial para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Acyr José. Parecer: Favorável. Aprovado. 2) — **PROJETO DE LEI N.º 86.71** de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — **PROJETO DE LEI N.º 119.71** de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo asfaltar a estrada que liga Maringá à Rodovia Maringá-Campo Mourão, através de convênio entre o DER e o Executivo Municipal de Maringá. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: favorável. à anexação ao Projeto de Lei n.º 237.70 que se encontra em fase de votação pelo Plenário. Aprovado. 4) — **PROJETO DE LEI N.º 120.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo asfaltar a estrada que liga a sede do Município de Doutor Camargo à Rodovia Maringá-Umuarama através de convênio a ser firmado entre o DER e o Executivo Municipal de Doutor Camargo. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — **PROJETO DE LEI N.º 122.71**, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Colorado uma Circunscrição de Trânsito com jurisdição nos municípios que especifica. Relator Deputado Cândido Manoel. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — **PROJETO DE LEI N.º 136.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de São Pedro do Paraná o Curso Normal Colegial para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — **PROJETO DE LEI N.º 146.71**. — de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella. Cria um Ginásio Estadual no Bairro Rio da Areia, Município de União da Vitória, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 158.71**, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 178.00 a pensão mensal concedida pela Lei n.º 163.61 de 11 de setembro de 1961, à Rosa Dias Teixeira, filha de ex-Deputado. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — **PROJETO DE LEI N.º 172.71**, de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Fundação Educacional da cidade de Bauriantes. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 124.70**, de autoria do Senhor Deputado Igo Losso. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Normal Colegial Estadual Amanda Carneiro de Mello, da cidade de Castro. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Junior. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — **PROJETO DE LEI N.º 264.71**, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Cria o Município de Figueira, e dá outras providências. Relator Deputado Acyr José. Parecer: contrário. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs 32.71 — 47.71 — 60.71 — 67.71 — 68.71 — 69.71 — 70.71 — 71.71 e 72.71, todos concluindo que os vetos estão em condições de ser apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo

a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida, na próxima reunião, e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

(aa) Deputado Wilson Brandão — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA DA 22.a REUNIÃO ORDINÁRIA

As nove horas do dia seis do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, presentes os Senhores Deputados José Muggiati Filho e Wilson Brandão, presidente da Comissão, e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo, com o fim de realizarem a 22.a Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Não havendo número legal, o Senhor Presidente não abriu os trabalhos. Nada podendo ficar decidido. O Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão, solicitou que fôsse lavrado um Termo de Ata, no qual constasse a relação dos demais Membros desta Comissão e ausentes nesta Reunião. Estiveram ausentes os Senhores Deputados: Acyr José, Cândido Manoel, Emilio Carazzai, Odilon Reinhart, Igo Losso, Gilberto Carvalho, Sebastião Rodrigues Júnior, Armando Queiroz e Arthur de Souza. Eu, Rita Celestino Soares, Secretária, lavrei o presente termo de Ata que após lido e achado conforme por todos, será assinado por mim, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

(aa) Deputado Wilson Brandão — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária